



155



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0199617-0**

**APELANTE:** Clécio Souza do Espírito Santo

**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. RENATO DA SILVA FILHO

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

5711

**EMENTA:** PENAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO TENTADO COM DUAS CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. DECISÃO CONDENATÓRIA. APELAÇÃO CRIMINAL DA DEFESA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR ERRO DE TIPIFICAÇÃO E POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. MANTIDAS A CONDENAÇÃO E A PENA DE RECLUSÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. DE OFÍCIO FOI CORRIGIDA A PENA PECUNIÁRIA, SENDO CONFIRMADOS OS DEMAIS TERMOS DA SENTENÇA VERGASTADA.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0199617-0, oriunda da 10ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE, em que são partes às acima mencionadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento, tudo de acordo com o voto em anexo, que passa a integrar o presente acórdão.

Recife, 17 de maio de 2020.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



156



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0199617-0**

**APELANTE:** Clécio Souza do Espírito Santo

**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. RENATO DA SILVA FILHO

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação interposta pela defesa, atacando a sentença condenatória prolatada pelo Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Recife-PE, que condenou o recorrente pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (roubo duplamente circunstanciado na forma tentada) (fls. 124/130).

A defesa em suas razões afirmou, em síntese, que o apelante não teria a intenção de roubar, mas tão-somente pediu o carro da vítima emprestado. Assumiu, entretanto, que ele estava fazendo uso de arma de fogo. Em decorrência, pugnou pela absolvição do recorrente, em face do alegado erro de tipificação, entendendo que também houve insuficiência de provas (fls. 132/135).

O apelado apresentou contra-razões pugnando pela manutenção integral da sentença guerreada (fls. 145/146).

O douto Procurador de Justiça opinou pelo não provimento do apelo (fls. 156/157).

**É o relatório. À Revisão.**

Recife 01 de dezembro de 2009.

**Des. Antonio de Melo e Lima**  
**Relator**



157



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0199617-0**

**APELANTE:** Clécio Souza do Espírito Santo

**APELADO:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. RENATO DA SILVA FILHO

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO DO RELATOR**

Srs. Desembargadores,

Conforme anunciado no relatório, a defesa sustentou, em síntese, que o apelante não teve a intenção de roubar, mas tão-somente pediu o carro da vítima emprestado. Alegou que houve erro na tipificação e que não há nos autos provas suficientes para lastrear o edito condenatório.

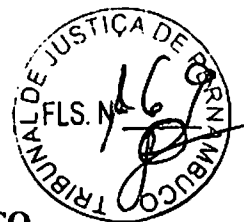
**Esta é a única tese sustentada no presente apelo.**

Antes de adentrar na análise dos argumentos recursais, trago à baila o seguinte trecho da sentença para esclarecer os fatos imputados ao apelante (f. 126):

“(...) Segundo a denúncia no dia 18 de abril do corrente ano, na Rua Bom Conselho, Água Fria, nesta Comarca, o denunciado, juntamente com outro indivíduo não identificado, citado nos autos por "Galego", mediante ameaça exercida com emprego de arma de fogo, anunciou assalto à vítima Cristina Leite Torres, de quem pretendia roubar o carro, não conseguindo, todavia, consumir o crime por circunstâncias alheias à sua vontade. Diz, ainda, a denúncia, que no dia do fato delituoso a vítima estacionou o seu veículo, marca VW, modelo Gol, série Ouro, ano 2000, de cor cinza, placa MNU5356/PB, chassi nº 9BWCA15XXYT199841, em frente ao imóvel de nº



158



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

705, para falar com uma costureira, que, todavia, não se encontrava em casa, ocasião em que ao retornar ao seu automóvel, foi a referida senhora abordada pelo denunciado, que de arma em punho, e juntamente com o seu companheiro não identificado, lhe anunciou o assalto, ordenando que não fizesse alarde. A vítima se afastou do seu carro, instante em que passava no local uma viatura policial, ou seja, a GT-5370, que foi parando próximo de sua pessoa, ocasião em que aproveitou e fez sinal para o policial e saiu correndo. Informa, ainda mais, a exordial acusatória, que ao avistar a viatura policial, **o denunciado passou a efetuar disparos em direção aos policiais**, tentando, logo em seguida, **se evadir pulando muros de residências, indo se esconder em uma oficina mecânica existente nas imediações**, para onde, também, seguiu a vítima, que ao perceber a presença do acusado, **o reconheceu de imediato**, informando aos funcionários do estabelecimento sobre o ocorrido, os quais avisaram aos policiais, que, por duas vezes, já haviam cercado o quarteirão, conseguindo, assim, prender o acusado na referida oficina, portando o revólver marca Taurus, calibre 38 (...)." Frisei.

Diante destes fatos o apelante foi denunciado e condenado como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (roubo duplamente circunstanciado na forma tentada), sendo-lhe aplicado à pena total e definitiva de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa.

Partindo para o enfrentamento do presente recurso, inicialmente devo afirmar que dúvidas não existem relativas à materialidade. O mesmo se diga da autoria delitiva, vez que o acusado confessou, em parte, o *modus operandi* da empreitada criminosa, além de ter sido reconhecido pela vítima.

A vítima em seu depoimento na fase judicial confirmou a tese manejada pela acusação (f. 113):



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

“(...) que o fato ocorreu da forma que consta na denúncia (...) por volta das 17h30 foi na casa de sua costureira (...) que no momento em que ligava o celular, aproximou-se o acusado, o qual de arma em punho, apontou para ela bem próximo ao seu tórax e disse: “É um assalto saia imediatamente do carro”; que ela disse que iria sair e mesmo sem sandália pulou para fora do carro e imediatamente o acusado entrou; que o acusado estava na companhia de outro indivíduo que arroudeou o carro pela frente para ter acesso a porta do passageiro (...) que na mesma ocasião em que ela desceu do carro e o acusado entrou, ela viu uma viatura da polícia passando ao seu lado, bem devagar (...) fez sinal para a polícia mostrando que alguém tinha entrado no seu carro e em seguida correu (...) que passou a ouvir disparos de arma de fogo (...)”.

O citado roubo somente não se consumou graças a chegada de uma patrulha policial, que passava pela rua, conforme afirmou a vítima, fato também relatado pela testemunha Gilmar de Moura Ferreira (f. 114):

“(...) que quando chegou ao local, o acusado tinha “fugado” e eles fizeram um cerco na área; que o acusado foi preso dentro da oficina (...) que a vítima reconheceu o acusado como sendo o seu agressor; que depois do relato da vítima, ele veio a tomar conhecimento que o acusado estava na companhia de outra pessoa (...)”.

Vejamos os comentários proferidos pelo Douto Procurador de Justiça, quando da sua análise da tese defensiva (f. 157):

“(...) A argumentação da defesa não resiste ao mais simples exame dos autos. Aliás, querer que se acredite que o Apelante, armado com um revólver não anunciou o assalto – como asseverou a vítima – mas desejava apenas o empréstimo do veículo, é uma tese tão estapafúrdia que agride a ética profissional e assume a moldura de uma galhofa.

Houve sim o roubo, com o emprego de uma arma de fogo e na companhia de uma outra pessoa. A vítima reconheceu o



160



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

recorrente e a sua prisão ocorreu nas proximidades do local do delito. Naquela ocasião, também a arma empregada para ameaçar a vítima foi apreendida, consoante depoimentos das testemunhas (...).”

De fato, a tese recursal pode ser tida como uma mera peça de defesa, sem o menor respaldo no bojo probatório.

Nessa linha, frente à robusta prova da materialidade e da autoria delitiva, ao Magistrado só restou o caminho da condenação, conforme sentença ora hostilizada, a qual deverá ser mantida, inclusive com relação à pena de reclusão.

Há, entretanto, uma dubiedade na dosimetria com relação à pena pecuniária, pois consta como definitiva, ora 10, ora 30 dias-multa.

De ofício retifico tal lapso, considerando como definitiva a pena de 10 dias-multa.

Diante disso e em consonância com o Douto Procurador de Justiça, **NEGO PROVIMENTO AO APELO.**

De ofício, fixo a pena de pecuniária em 10 dias-multa.

É como voto.

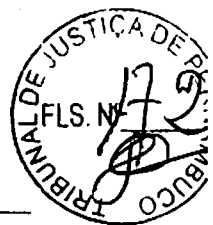
Recife, 19 de maio de 2020.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

161



**Apelação Criminal nº:** 199617-0  
**Comarca Origem:** Recife - 10ª Vara  
**Apelante:** **Clécio Souza do Espírito Santo**  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Relator:** Des. Antônio de Melo e Lima  
**Revisor:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dr. Renato da Silva Filho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO DO REVISOR**

Cuida-se de apelação criminal interposta tempestivamente por **Clécio Souza do Espírito Santo** contra sentença prolatada pela Exma. Juíza de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital, Dra. Sandra de Arruda Beltral (fls. 124/130) que, julgando procedente a denúncia, condenou o ora apelante à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semi-aberto, pela prática do crime tipificado no art. 157, §, I e II, c/c o art. 14, II, todos do CP.

Inconformado com a decisão condenatória, a Defesa recorreu (fls. 132/135), pugnando pela **absolvição** do apelante do crime de roubo, por erro de tipificação, já que o mesmo participou apenas do delito de porte ilegal de arma de fogo.

Por sua vez, o *Parquet* ofereceu contrarrazões (fls. 145/146), pugnando pelo **não provimento** do presente apelo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

162



Parecer da Procuradoria de Justiça, fls. 156/157, opinando, também, pelo **não provimento do apelo.**

É o Relatório.

Pela análise dos autos, vislumbro estar demonstrada a materialidade e a autoria do delito pelo qual foi o ora apelante condenado (roubo majorado pelo uso de arma de fogo e pelo concurso de agentes, na modalidade tentada), não podendo, assim, prosperar a tese defensiva.

Na fase policial, a vítima dos presentes autos, **Cristina Leite Torres** (fl. 13), narrou que "foi abordada por dois elementos, sendo que um deles, o ora autuado (**CLÉCIO SOUZA**), encontrava-se armado com um revólver, que o autuado aproximou-se da porta do referido veículo e disse para que ela declarante não fizesse escândalo, enquanto o segundo elemento ficou mais a frente; que ela declarando saiu e ao caminhar alguns passos avistou uma viatura policial, que naquele momento foi encostando e ela fez um sinal para a guarnição e ela em seguida saiu correndo após escutar vários disparos de arma de fogo; que ela declarante ao chegar em uma oficina de veículo naquela proximidade avistou o autuado no interior da mesma, que ao entrar no escritório, avisou para os funcionários que seria a pessoa que havia lhe assaltado minutos antes ... que minutos após os policiais chegaram na oficina e conseguiram deter o elemento que tentava se evadir do local, que o segundo elemento conseguiu se evadir."

Em juízo, a vítima confirma a supracitada versão (fls. 114).

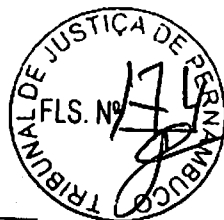
Na polícia, o acusado **CLÉCIO** admitiu que avistou uma mulher sozinha no seu veículo, e ao se aproximar, a mesma gritou,





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

163



foi quando, sem precisar puxar a arma, tentou se evadir no veículo da vítima. Afirmou que estava em companhia do seu comparsa (fl. 14/15).

Em juízo, disse o acusado CLÉCIO que "viu a vítima no carro e abriu a porta do veículo porque ia pedir a ela o carro emprestado para sair atrás da pessoa que ele queria pegar; que na hora em que abriu a porta do carro, a polícia passou e não deu sequer tempo dele pedir o carro e explicar o que queria, pois foram logo atirando e ele saiu correndo; que não tem porte de arma e que havia comprado aquela arma a cerca de 05 dias."

As testemunhas **Gilmar de Moura Ferreira, Diogo Pereira de Barros, Gabriel Galvão Vieira** confirmam a versão apresentada pela vítima (fls. 09/12 e 114/115).

Assim, a conduta do acusado caracteriza do tipo penal do art. 157 do CP, com as majorantes dos incisos I e II do §2º daquele artigo, não se tratando de equívoco na tipificação do fato, como alegado pela defesa.

Ainda ficou confirmado, pela vasta prova constante nos autos, que o crime em epígrafe **não foi consumado por motivos alheios à vontade dos agentes**, ou seja, em face da presença dos policiais militares no local, fato que fez com que os elementos se evadissem, deixando para trás a *res furtiva*.

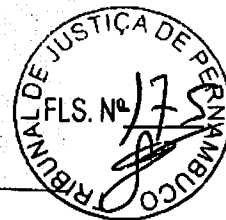
Dessa forma, entendo que a condenação do ora apelante foi justa.

A **materialidade** também resta consubstanciada no auto de apresentação e apreensão (fl. 22), no termo de restituição (fl. 23), laudo pericial (fls. 89/95), e no auto de prisão em flagrante (fls.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

164



09/15).

No que tange a **dosimetria**, embora não seja objeto do presente apelo, percebo que a magistrada *a quo* apreciou as circunstâncias do art. 59 de forma correta e seguindo dos ditames estabelecidos pela lei, bem assim observou as regras do art. 68.

Contudo, na parte relativa à pena de multa, ora a magistrada fixou a pena em 10 dias-multa (fls. 128/129), ora em 30 dias-multa (fl.129), motivo pelo qual, nesta ocasião, considero como definitiva a pena de 10 dias-multa.

Diante de todo o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente apelo, e, após a correção da pena de multa aplicada ao apelante, mantenho a sentença vergastada nos seus demais termos.

Recife, 19 de 05 de 2010.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**